

O MERCADO DE CRÉDITO BANCÁRIO BRASILEIRO

ANÁLISE DO PAPEL DESEMPENHADO PELOS BANCOS PÚBLICOS NO CICLO DE CRÉDITO APÓS A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Renato Nogueira de Sá Santos
Prof^a Dr^a Daniela Magalhães Prates

INTRODUÇÃO

O Brasil vivenciou, a partir de 2003, o mais prolongado ciclo de crédito desde a adoção do Plano Real, em 1994. As expectativas de estabilidade macroeconômica combinadas a uma conjuntura menos volátil no contexto financeiro internacional contribuíram para a evolução favorável do mercado de crédito doméstico até meados de 2008, quando a crise econômica internacional se tornou sistêmica e contaminou o ambiente nacional. O aumento da aversão ao risco e da preferência absoluta pela liquidez caracterizaram esse momento da economia mundial, marcado pelo movimento de desalavancagem do sistema financeiro internacional e, em seguida, pela forte retração da atividade econômica. A atuação anticíclica dos bancos públicos tornou-se, então, fundamental, pois garantiu a sustentação da concessão do crédito num contexto de retração das operações pelos bancos privados, que adotaram uma postura conservadora, típica das fases de pessimismo. O objetivo deste projeto é, através de matérias de jornais e revistas especializadas, relatórios de pesquisa, artigos acadêmicos e dados fornecidos pelo banco central, analisar o papel dos bancos públicos na sustentação da oferta de crédito no mercado bancário brasileiro após o efeito-contágio da crise financeira mundial.

METODOLOGIA

No que tange esse projeto de iniciação científica, a internet tem sido a maior ferramenta de pesquisa sobre o mercado de crédito brasileiro, sendo ela muito importante na coleta de informações qualitativas (matérias de jornais e revistas especializadas, relatórios de pesquisa e artigos acadêmicos) e quantitativas (base de dados). Essas informações possibilitam um acompanhamento minucioso da evolução recente do mercado de crédito, tema da pesquisa em questão.

O banco de dados no qual a pesquisa se apóia, que reuni informações do Banco Central do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, do Banco do Brasil e da Federação Brasileira de Bancos, constitui parte fundamental do trabalho, uma vez que possibilita um minucioso acompanhamento do mercado de crédito brasileiro.

Vale destacar que dentre as fontes de informações citadas anteriormente é de crucial importância a nota para a imprensa do Bacen sobre a política monetária, divulgada mensalmente, pois ela é fonte de estatísticas e indicadores referentes ao desempenho das operações de crédito realizadas no país.

Também é de fundamental importância a leitura de artigos acadêmicos sobre o tema, que contribuem para o embasamento teórico. Dentre eles se destacam justamente os relatórios de pesquisa do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica sobre a referida proposta de estudos financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especialmente os relatórios referentes ao subprojeto “O mercado de crédito bancário brasileiro”, sob coordenação da professora-doutora Daniela Magalhães Prates.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A crise financeira internacional acarretou uma mudança substancial na evolução do mercado de crédito no Brasil. O estoque de crédito vinha crescendo aceleradamente graças a fatores condicionantes conjunturais, associados, em grande medida, a melhores condições no mercado internacional. Nesse contexto, a taxa de câmbio exerceu um papel fundamental, pois a tendência de apreciação do real sancionou expectativas favoráveis quanto ao comportamento da inflação e da taxa de juros. Diante do cenário de prosperidade econômica os bancos se viram obrigados a redefinir suas estratégias operacionais e a modificar a composição de seus portfólios, expandindo de forma ativa os empréstimos aos agentes privados. Ainda sobre a expansão do crédito, o crédito consignado foi uma inovação financeira introduzida em 2004 que muito contribuiu ao impulso sofrido pelo mercado no período destacado, tanto pelo risco reduzido da operação, que tem garantia de quitação por descontos na folha de pagamento do devedor, quanto pela maior atratividade do ponto de vista da demanda, por serem os juros deste segmento menores que os empréstimos regulares com recursos livres à pessoa física.

A economia brasileira passou, então, por um período de vigoroso crescimento, cercada de expectativas otimistas em relação à produção e aos investimentos, fazendo com que crescesse ainda mais a demanda por crédito, principalmente, porque, a partir de 2007, outras fontes de recursos para as empresas nacionais, como crédito externo e o mercado de capitais, se tornavam inviáveis. O mercado internacional sentia os efeitos da crise subprime nos EUA desde julho de 2007 e assim, os recursos externos ficaram escassos e mais caros. No âmbito doméstico, a autoridade monetária iniciou uma alta nos juros básicos a partir de abril de 2008, exercendo pressão adicional sobre o custo do crédito. Os aumentos da alíquota do IOF e do recolhimento compulsório sobre os depósitos das empresas de leasing pressionaram ainda mais o custo do crédito. O sistema bancário do país supriu o crédito demandado mesmo diante da deterioração das condições dos empréstimos.

Neste contexto de retração e encarecimento das fontes externas de financiamento e de deterioração das condições de prazo e custo do crédito bancário, a alternativa encontrada pelas instituições bancárias para reduzir o custo para o tomador (e, assim, sustentar a expansão creditícia) foi oferecer contratos vinculados a operações com derivativos cambiais. Desta forma, a proliferação de novos produtos financeiros de alto risco esteve associada à dinâmica da concorrência bancária, bem como à conjuntura macroeconômica vigente na economia brasileira, marcada por uma combinação de câmbio apreciado e juros elevados.

Com a concordata do Lehman Brothers, banco de investimentos e provedor de outros serviços financeiros com atuação global, em setembro de 2008, a crise de confiança no sistema financeiro mundial se tornou sistêmica, contaminou o mercado bancário, fazendo com que os bancos assumissem uma postura tipicamente conservadora de retração creditícia (sobretudo no segmento de crédito livre), além de acarretar um fluxo de saída de dólares do país, comprometendo ainda mais a posição de instituições vinculadas a operações com derivativos.

Neste momento, a composição da natureza do sistema bancário brasileiro se tornou muito relevante. As instituições bancárias de natureza pública se tornaram um dos principais instrumentos da política anticíclica colocada em prática pelo governo brasileiro, ampliando o crédito, sobretudo no segmento de crédito direcionado e, assim, contribuindo de forma fundamental para suprir a necessidade de capital de giro das empresas e financiar o consumo das famílias. Essa ação anticíclica dos bancos públicos foi essencial para evitar uma retração mais forte da demanda doméstica.

CONCLUSÕES

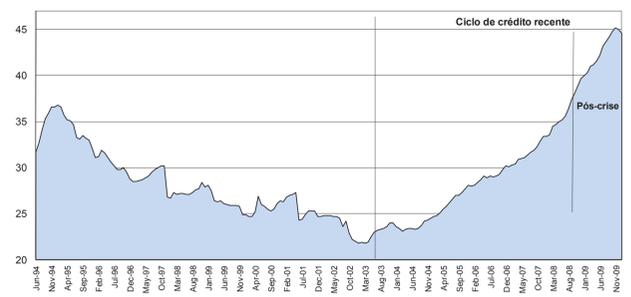
O crescimento do volume de crédito pré-crise financeira internacional transparece no grande aumento do indicador crédito total como percentual do PIB, que subiu de 22,5% em maio de 2003 para 39,5% em setembro de 2008. Não obstante o baixo dinamismo da atividade econômica no período de crise, o estoque de crédito ao setor privado atingiu o patamar equivalente a 42,8% do PIB em junho de 2009 e 44,6% em janeiro de 2010, ou seja, manteve-se a trajetória expansiva iniciada em 2003. A mudança significativa se deu na composição da natureza do capital do sistema bancário doméstico: em janeiro de 2008, no ápice do período de ascensão do crédito com capital privado, 34,1% do estoque total de crédito era de origem pública, valor que aumentou paulatinamente até atingir, em junho de 2010, 42,3% do total das operações de crédito do sistema financeiro. Ou seja, a variação da participação das instituições públicas no total das operações foi positiva em 23,9%.

Do ponto de vista da origem do funding (participação das operações com recursos direcionados e recursos livres), fica ainda mais evidente a mudança estrutural que ocorreu no período de crise. Em agosto de 2008, 71,9% das operações eram realizadas com recursos livres, participação essa que caiu até atingir 65,8% do total das operações.

Adicionalmente, o aumento da participação dos bancos públicos no mercado brasileiro contribuiu para a redução dos juros e spreads praticados no mercado nacional. O BNDES reduziu custos de financiamento de algumas linhas e o BB e a CEF cortaram taxas de juros, em especial da modalidade de crédito à pessoa física, mostrando destreza na conciliação das diretrizes governamentais com as estratégias operacionais, conquistando novas fatias de mercado e fazendo com que os bancos privados se encontrem obrigados a acompanhar as taxas e preços dos concorrentes públicos.

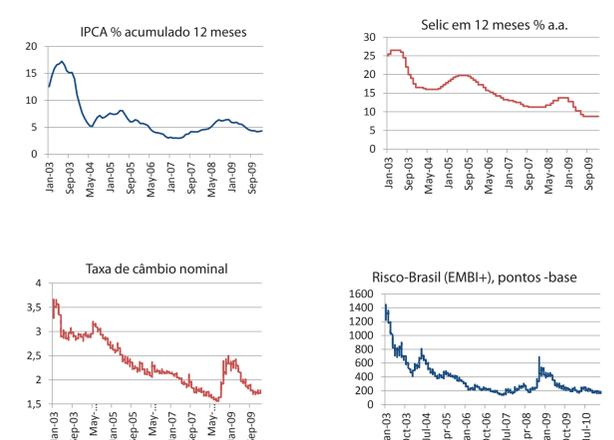
Assim, a crise econômica e financeira global colocou em evidência o papel essencial desempenhado pelos bancos públicos, fonte estável de recursos para investimentos produtivos e demais modalidades de gastos (como consumo das famílias e capital de giro), assumindo a dianteira na oferta de empréstimos e financiamentos aos consumidores e às empresas, atuando, portanto, de forma anticíclica, proporcionando a manutenção da oferta de crédito nacional e impulsionando a retomada do crescimento econômico no país, além de favorecer significativas reduções de custo do crédito no mercado nacional. Resultados que evidenciam a importância de um sistema bancário misto, com participação de bancos públicos sólidos e bem posicionados atuando como instrumentos de política financeira governamental.

Gráfico 1. Evolução do estoque de crédito em porcentagem do PIB



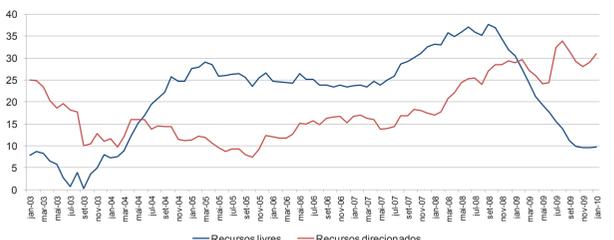
Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Gráfico 2. Ambiente Macroeconômico



Fonte: Banco Central do Brasil e J.P. Morgan. Elaboração Própria.

Gráfico 3. Taxa de crescimento (12 meses) por origem de recurso (%)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.